

Eça De Queirós e Seu Texto De Imprensa “Tema Para Versos I e II” (02 e 03/04/1893- Gazeta de Notícias): Considerações

EÇA DE QUEIROZ AND HIS PRESS TEXT: “TOPIC FOR I AND II VERSUS” (04/02/1893 AND 04/03/1893 – GAZETA NEWS): CONSIDERATIONS

Rosane Gazolla Alves **FEITOSA**¹

Resumo: Eça de Queirós publicou na *Gazeta de Notícias* o texto “Tema para versos I e II” em 2 e 3/04/1893. Da parte II, foi retirado um trecho e este foi divulgado como conto, sob o título “A Aia”, quando passou a integrar o volume *Contos* (12 narrativas, algumas manuscritas, de 1874 a 1897), recolhida por seu amigo, Luís de Magalhães, e publicado em 1903, com data de 1902. Desde então, o texto “A Aia” está presente nas várias edições de contos de Eça sem fazer menção à sua fonte primária, jornal *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), nem ao restante do texto de qual fazia parte, originalmente. O objetivo destas breves considerações é refletir se a narrativa breve, divulgada como “A Aia”, deve ser lida como um excerto do texto original como vem sendo feito desde 1902 ou deveria ser inserida no seu contexto original articulando as duas partes do texto “Tema para versos I e II”.

Palavras-chave: “A Aia”. “Tema para versos I e II”. *Gazeta de Notícias*. Eça de Queirós. Textos de imprensa.

Abstract: Eça de Queirós published in *Gazeta de Notícias*, the text “Theme for verses I and II” in April 2nd and 3rd in 1893. From part II, it was taken an excerpt and published as a short story under the title “The maid” when this text was a part of the book *Short Stories* (12 stories, some of them handwritten, from 1874 to 1897) gathered by his friend, Luís de Magalhães, and published in 1903, under the year of 1902. Since then, the text “The maid” is present in many editions of Eça de Queirós’ short stories without any mention to its primary source, the newspaper *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), or even the other part of the text in which it was originally in. The objective of these short considerations is reflecting if the short story, known as “The maid”, should be read as an excerpt of the original text as it has been done since 1902, or it should be put in its original context, joining the two parts of the text “Theme for verses I and II”.

Keywords: “The maid”. “Theme for verses I and II”. *Gazeta de Notícias*. Eça de Queirós. Newspaper texts.

Em 2 e 3/04/1893, Eça de Queirós publicou na *Gazeta de Notícias* o texto “Tema para versos I e II”. Da parte II, foi retirado um trecho e este foi divulgado como conto, sob o título

¹ Pós-Doutora pela Universidade de São Paulo- FFLCH (2012), doutorado em Letras (1994), mestre em Letras-Literatura Portuguesa (1984). Docente da Faculdade de Ciências e Letras-UNESP-Assis-Departamento de Literatura. Endereço eletrônico: feitosarlc@uol.com.br.

“A Aia”, quando passou a integrar o volume de contos *Contos* (12 narrativas, algumas manuscritas, de 1874 a 1897), recolhida por seu amigo, Luís de Magalhães, e publicado em 1903, com data de 1902.

Desde então, o conto “A Aia” está presente nas várias edições de contos de Eça sem fazer menção à sua fonte primária — jornal publicado na cidade do Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias* — nem ao restante do texto de que fazia originalmente parte. O destaque que fazemos para estas breves considerações é: a narrativa breve, divulgada como “A Aia”, pode ser lida de modo avulso como vem sendo feito até hoje ou deve ser lida inserida no contexto original, ou seja, ser lida e interpretada com base no texto “Tema para versos I” e nos parágrafos iniciais e finais de “Tema para versos II”?

Como esclarece a estudiosa brasileira de Eça jornalista, Prof^a Elza Miné (2002), os textos originais enviados da Inglaterra (Newcastle-on-Tyne e Bristol) e da França (Paris) para o jornal *Gazeta de Notícias*, não foram localizados, sendo considerados perdidos. Portanto, para a edição crítica acerca da colaboração de Eça para a *Gazeta*, tomou-se como texto-base o que foi publicado nas páginas desse periódico de 1880 – 24 de julho a 1897- 21 de setembro.

Em 1989, o pesquisador, Luiz Fagundes Duarte, com a colaboração de Joaquim Mendes, fez uma nova edição dos contos de Eça (Lisboa, editora Dom Quixote), sob um novo critério de organização temático-cronológica, alterando, a partir de então, as edições correntes. O conto “A Aia”, título tradicionalmente utilizado, inventado por Luís de Magalhães, foi colocado na seleção de contos de Fagundes Duarte como fora originalmente publicado na fonte primária, o jornal *Gazeta de Notícias*, (dias 2 e 3 abril/1893), sob o mesmo título que apareceu no jornal “Tema para versos I” (02/04/1893) e “Tema para versos II” (03/04/1893) .

Segue o texto integral de “Tema para versos I” e parte de “Tema para versos-II”, porque, embora L. Fagundes Duarte tenha publicado o conto respeitando a fonte primária, o livro, publicado há 23 anos, já esgotou nas livrarias e muitos não terão mais acesso a ele, sendo encontrado apenas em alguns sebos e bibliotecas. Por isso, achamos oportuno esta inserção. Excluiremos a parte relativa à narrativa breve “A Aia”, que será representada pela indicação de colchetes, pois esta é facilmente encontrada em edições de contos de Eça de Queirós.

TEMA PARA VERSOS - I [2 de abril de 1893]

Um amigo meu, que depois de ser, durante anos, um mau poeta, se regenerou, e se tornou um bom crítico, costuma sempre com a sua autoridade de antigo mareante experiente em escolhos e naufrágios, aconselhar os poetas novos a que procurem os temas emotivos dos seus poemas fora do próprio e estreito coração, e das duas ou três palpitações que nele perpetuamente se repetem. Eu pertencço à escola deste homem sagaz e também penso que essa poesia,

chamada «subjectiva», que vive aninhada nas saias de Elvira, e que arrulha sem cessar, no jornal e no livro, as suas gárrulas e alarde adoras confidencias de amor (ou antes de namoro), necessita ser substituída por uma poesia mais forte, mais sã, mais humana, que se desaninhe das saias já enxovalhadas da sua eterna dama, e lance o voo livre através do mundo e da vida.

O amor, como diz o meu amigo, é certamente uma força, e mesmo a maior deste pobre universo que dele vive e por ele se equilibra: e a notação em boa rima de qualquer das suas manifestações que seja intensamente genuína e nova constitui sem dúvida uma aquisição excelente para o nosso conhecimento do homem, entidade de sete palmos de altura, que, quanto mais profundamente a si próprio se sonda, mais insondável se reconhece. Por outro lado versos de amor são preciosos para aqueles; que, possuindo o sentimento, não possuem o verbo que lho vivifique, lhes dê a consoladora certeza da sua realidade, – e que precisam portanto: ver expressas, formuladas, sonoras, quase visíveis, as coisas indefinidas que lhe tumultuavam no peito e a que não sabiam dar nome.

Mas a não ser nestes dois casos em que o poeta tenha descoberto em si uma forma do sentir deliciosamente inédita; ou que tenha conseguido exprimir, com uma nitidez gráfica, algum subtil estado de alma até aí inexprimível, ele deveria (pelo menos enquanto durar este século saciado do lirismo sentimental) conservar os versos do seu amor no papel íntimo em que os traçou, ao lado das flores murchas, das mechas de cabelos, das fotografias enodoadas de beijos, e de todas as outras relíquias de mocidade que aos trinta anos se atiram ao lume. De outro modo, se os poetas insistirem em anunciar cada semana, com lábio trémulo, nos jornais ou nos volumes a 600 rs., que amam Laura e que a apertaram nos braços, e que os veludos da alcova pendiam em pregas moles – esta geração ocupada, positiva, inteligente, e só seduzida pelas coisas da inteligência, fugirá deles desesperadamente como se foge de tudo quanto arrepia ou enerva, um realejo, uma serra a serrar pedra ou um canário mecânico, envernizado de amarelo, com corda para 20 horas! Para que a poesia guarde a sua clientela de espíritos, é necessário que contenha em si toda a «humanidade» – e não somente a «feminidade» da vizinha que sorri além, à janela.

Tudo isto, que afirma o meu amigo, com aquela irremediável confusão que lhe ficou dos hábitos do verso, é verídico. A poesia não se inventou para cantar o Amor – que de resto não existia ainda quando os primeiros homens cantaram. Ela nasceu com a necessidade de celebrar magnificamente os deuses, e de conservar na memória, pela sedução do ritmo, as leis da tribo. A adoração, ou captação da divindade, e a estabilidade social eram então os dois altos e únicos cuidados humanos: – e a Poesia tendeu sempre e tenderá constantemente a resumir nos conceitos mais puros, mais belos e mais concisos, as ideias que estão interessando e conduzindo os homens. Se a grande preocupação do nosso tempo fosse o Amor – ainda admitiríamos que se arquivasse, por meio das artes da imprensa, cada suspiro de cada Francisco. Mas o Amor é um sentimento, extremamente raro entre raças velhas e enfraquecidas. Os Romeus, as Julietas (para citar só este casal clássico), já não se repetem, nem são quase possíveis, nas nossas democracias, saturadas de cultura, torturadas pela ânsia do bem estar, cépticas, portanto egoístas, e movidas por meio do vapor e da electricidade. Mesmo nos crimes de amor, em que parece reviver, com a sua primitiva e dominante força, a paixão das raças novas, se descobrem logo factores lamentavelmente alheios ao amor, sendo os dois principais aqueles que mais caracterizam o nosso tempo, o interesse e a vaidade. Nestas condições o Amor que voltou a ser como na Grécia, um Cupido pequenino e brincalhão, que esvoaça, surripiando aqui e além um prazer fugitivo – é removido para entre os cuidados subalternos do homem,

muito para baixo do dinheiro, muito para baixo da política... É uma ocupação, sem malícia o digo, que se deixa para quando acabar o dia verdadeiro e útil, e com ele os negócios, as ideias, os interesses que prendem. Já não há hoje nada de produtivo a fazer? Já não há nada de sério a pensar?... Bem! Então, um pouco de perfume nas mãos, e abra-se a porta ao Amor que espera! A isto está reduzida a Vénus fatal e vencedora!

Ora quando uma arte teima em exprimir unicamente um sentimento que se tornou secundário nas preocupações do homem – ela própria se torna secundária, pouco atendida, e perde pouco a pouco a simpatia das inteligências. Por isso hoje, tão tenazmente os editores se recusam a editar, e os leitores se recusam a ler, versos em que só se cante de amor e de rosas. E o artista que não quer ser uma voz clamando no deserto e um papel apodrecendo no armazém, evita já o Amor, como tema essencial da sua obra. A glória de Zola vem sobretudo da universalidade e modernidade dos seus assuntos, – a terra, o dinheiro, o comércio, a política, a guerra, a religião, as grandes indústrias, e a ciência – que são os factos supremos que interessam o homem culto.

Aqueles que, como Feuillet e Sandeau, tantos outros, só sonhavam cantar, com pena enternecida e graciosa, histórias de amor, e em que o amor era o centro e o motor único da vida, estão abandonados, comidos humilhantemente pelos ratos, nos subterrâneos dos livreiros.

Nem mesmo as mulheres lêem já hoje versos de amor – que de resto não apreciaram, em tempo algum, porque nunca uma mulher gostou de ver outra coroadada e idealizada. E além disso nem elas, nem ninguém por mais simples, acreditam na sinceridade dos poemas amorosos. Todos sabemos que eles são meros exercícios de literatura, compostos pacientemente, friamente, de chinelos, com um dicionário de rimas. Nos primeiros anos do século, o poeta que penetrava no «comércio das Musas» começava por compor laboriosamente, e folheando os bons modelos, uma *Epístola* em que celebrava a felicidade de viver nos campos, um *Madrigal* em que cobria uma pastora de aljôfares e nardo, ou um *Ditirambo*, um pouco desgrenhado em que erguia a taça de vinho rubro e gritava «Evohé!...» Este homem .excelente não conhecia pastoras, nem bosques, e vivia comedidamente no terceiro andar de uma rua estreita, frequentando o botequim vizinho onde se alagava de orchata.

A orgia báquica, os cordeiros e o surrão, o seu amor da paz silvana, eram meramente nele temas recomendados pela arte poética. Hoje essa poesia bucólica ou ditirâmbica passou com os calções e com os espadins. O romantismo criou outra retórica. E o poeta que principia, em lugar de se mostrar ao leitor, em rimas castigadas, «pastoril e bêbado» como o seu antecessor que ainda estudava Horácio – mostra-se agora, com a mesma tranquilidade, mas com as fórmulas que herdou de Musset, «apaixonado e dolorido». A dor e a paixão, porém, são no digno moço tão postiças, e tão laboriosamente trabalhadas como eram o bucolismo, o patriotismo e o fervor órgico do seu confrade de 1810.

Desta escandalosa insinceridade provém o descrédito do lirismo. Mas, mesmo quando seja sincera, quando brote de uma emoção pura, que interesse nos poderá jamais causar o livro em que o Sr. Fulano ou o Sr. Sicrano, que nós não conhecemos, nos vem revelar os êxtases e os tormentos que se debatem no seu peito? Um tal poema deveria ser reservado para os íntimos. Há desde logo um grave impudor em fazer assim do nosso coração uma tiragem de quinhentos volumes, para o vender, palpitante e sangrando, nos balcões das lojas. E há ainda uma intolerável impertinência da parte do Sr. Fulano, em nos deter no nosso caminho apressado para nos gritar, entre suspiros que ela é formosa e que os seus beijos sabem a mel! É formosa? Sabe a mel? Bom proveito para si, estimável senhor. Mas que me importa a mim, que vou

vivamente levado pela minha ideia, pelo meu trabalho, pelo meu negócio ou pelo meu prazer?

A poesia, se quiser gozar ainda a nossa atenção, neste momento justamente em que ela atingiu a sua máxima habilidade técnica, necessita abandonar essa alcova em que se enerva e se esteriliza, e de que nós conhecemos, até à saciedade, e pela sua indiscrição, todos os lânguidos escaninhos. Fora dessa sombra mole não lhe faltam os belos temas - e aí tem a História, a lenda e as religiões, e os costumes, e a vida ambiente, que lhe fornecem correntes de inspiração onde ela pode beber mais profundamente que em nenhuma das castálias passadas. A sua lira, manejada por tão hábeis artistas, nestes últimos trinta anos, está superiormente afinada desde as cordas de nervo até às cordas de bronze, e não há som, por mais delicado ou por mais estridente que ele não saiba despedir, com precisão e com brilho. O homem tem a insaciável necessidade de se conhecer - e quantas formas, infinitamente várias, do seu sentir, do seu pensar, do seu querer, não há aí, no presente e através do passado, dignas de serem afixadas, para que ele as bendiga ou as maldiga, nessa divina linguagem do verso, que é a única que verdadeiramente penetra na alma e se ele sabe gravar perduravelmente o amor do que é grande, o desdém do que é baixo... Que o poeta se despegue, pois, corajosamente da alcova, e mesmo da porta da sua bem-amada, e, com a lira à cinta, como os rapsodos de outrora, percorra o mundo escutando histórias, para as contar depois em ritmos de ouro!

Justamente estas considerações que não são de crítica, e apenas lançadas tumultuária e familiarmente, em cavaqueira amável, as acarretei eu, porque conheço uma ou duas histórias, que bem mereciam pela sua beleza moral, ser perpetuadas em versos ricos. E como a minha história não é de amor, procedi logo, à maneira daquele mercador da lenda, que quando trazia armas a vender, clamava na praça contra a paz que debilita as almas - e quando seus fardos só continham sedas e perfumes, erguia imprecações contra a guerra que asselvaja e desmancha os lares. Mas quê! Em lugar de contar a minha história, para que algum poeta a cinzele num gentil poema, gastei o meu papel professorando doutrinas, e enfeitando de buxo e louro as minhas doutrinas, com esta loquacidade divagadora da nossa raça que tanto mal nos causa nas letras e na causa pública. Que remédio? Nós somos Latinos e Godos. E temos em nós hereditariamente e irreparavelmente toda a secular tagarelice do *Forum Romanum*, e ainda aquela gralhada vã, que, misturada ao chiar dos carros lentos, anunciava outrora de longe, ao pobre Ibero, que os Godos vinham descendo.

[3 de Abril de 1893] - II

A história que eu, há dias, desejava contar para que algum poeta, amigo dos temas fecundos e estimuladores do pensamento, a compusesse em versos ricos (e que não contei por me ter demorado a construir diante dela um pórtico de considerações gerais), sucedeu na Índia. A Índia, terra das pedrarias, das galas e dos céus sumptuosos, sugere logo a um artista largos desenvolvimentos decorativos.

Mas a minha história necessita ser apresentada com toda a simplicidade na sua nudez moral, sem paisagens, arquitecturas ou trajes que a materializem.

O poeta que, por ela se passar na Índia, a orne de palmeiras, elefantes e baiaderas, corre a um desastre certo. Sem época, sem nomes, sem localizações que se possam verificar num mapa, abstracta e como acontecida no país das almas, esta história de uma alma, que se dirige só à alma, deve vir envolta em tão pouca literatura como aquelas que o Povo, na sua singeleza genial, torna profundamente vivas e imoventes, afirmando apenas, com magnífica

indiferença pelas épocas, pelas nações, e pelos costumes – «que era uma vez um Rei»...
[...].

Eis a minha história. Ou antes, eis o rude esboço de uma maravilhosa lenda de alma. Tão bela, que me pareceu que só poderia ser dignamente cantada ao som da lira. Aos poetas a ofereço. E aquele que com ela se tentar, se não fizer uma obra de arte, fará pelo menos uma obra de justiça popularizando esta pobre serva índia tão ignorada e tão sublime. (MINÉ e CAVALCANTE, 2002, p. 295-305).

Começemos com os comentários mais recentes sobre o texto “Tema para versos I e II” — a edição crítica das obras de Eça de Queirós, *Contos I* (2009), feita por Marie-Hélène Piwnik. Diz a pesquisadora na introdução:

Cada conto tem uma primeira nota de rodapé introdutória dos dados da publicação original, das eventuais publicações posteriores em vida do autor, das eventuais edições por separado depois da morte dele e finalmente da primeira edição em colecção. Se o texto original for precedido de um curto prólogo sem relação óbvia com o conto, passa para a primeira nota (caso d’O Milhafre, por exemplo). Se o *prólogo tomar as dimensões de um ensaio*, fica em anexo (*caso único de “Tema para versos”, que precede <[A Aia]>*). Quando se trata de um *pequena introdução* diretamente enlaçada com a narrativa, mantém-se no lugar (caso de <[A Aia]> [...])

[...]

Em relação ao conto “[A Aia]”, foi separado do *comentário do autor-narrador* (“Tema para versos”), sendo este posposto em anexo, uma vez que surge como *exterior à ficção propriamente dita*. (PIWNIK, 2009). (itálico nosso)

Piwnik considera a primeira parte, “Tema para versos I”, “um ensaio”, “um comentário” de Eça de Queirós, que é chamado de “autor-narrador”. Considera esta parte I como “exterior à ficção propriamente dita.” Eça de Queirós diz na parte II, parágrafo primeiro do texto em questão: “A *história* que eu, há dias, desejava contar para que algum poeta, amigo dos temas fecundos e estimuladores do pensamento, a compusesse em versos ricos (e que *não contei por me ter demorado a construir diante dela um pórtico de considerações gerais*) [...]” (2002, p. 300) (itálico nosso). Nesta edição o título do conto aparece como “[A Aia] Tema para versos”. Provavelmente, a expressão em colchetes [A Aia], foi incluída no título para que os leitores soubessem de qual conto se trata e também para fazer valer a fonte primária.

A pesquisadora portuguesa, Helena Cidade Moura, comenta acerca do conto “A aia” na “Nota Final” da edição preparada por ela para o volume *Contos* (s/d):

“A Aia”, versão da *Gazeta de Notícias*, 2 e 3 abril de 1893. É a história que Eça conta para *ilustrar* sua *doutrina de temática poética* que expõe na primeira parte e que depois aproveitou quase textualmente, em ‘Carta a Manuel’. [In: *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*]. (MOURA, s/d, p. 268) (itálicos e colchetes nossos).

Elza Miné (2004) faz as seguintes considerações acerca de “Tema para Versos I e II”:

[...] um texto de *caráter ensaístico sobre a ‘arte poética’*, sob o título “Tema para versos I”. O conjunto de afirmações que o constituem vê-se completado em “Tema para versos II” (3 de abril de 1893) que enquanto continuação da matéria publicada na véspera, com uma *pequena introdução e conclusão* a estabelecerem claramente uma *articulação*, traz ainda uma *narrativa breve* como *exemplificação* das *colocações teórico-literárias* antes enunciadas.

[...] a *narrativa* da parte II [Tema para Versos II- 03 abril] foi pensada, composta e publicada enquanto *complementação exemplificadora do texto de cariz teorizante da parte I*. (2004, p. 53-54 - itálico nosso)

Observamos pontos comuns nesses comentários acima: tanto Cidade Moura, quanto Miné e Piwnik comentam que “Tema para versos I” é um texto “de caráter ensaístico sobre a arte poética”; “colocações teórico-literárias”; “de cariz teorizante” (MINÉ, 2004); “doutrina de temática poética” (MOURA, s/d); “comentário do autor-narrador”; “ensaio” (PIWNIK, 2009). Esta última estudiosa reluta em dar mais explicações sobre a parte I. Caracteriza o texto como sendo um ensaio, mas não diz a temática do mesmo; chama-o de *prólogo*. Se é um prólogo, sabemos que pela tipologia indica o que vem antes, é considerado início, introdução, antecipação de algo, e o que vem a seguir deve ser lido e interpretado à luz desse prólogo. Miné enfatiza que a parte I e a II formam um conjunto, devem ser lidas e interpretadas tomando-se ambas as partes, porque estabelecem uma “articulação”.

Até agora, podemos estabelecer um elenco de termos referindo-se à parte I de “Tema para versos”: ensaio, comentário, pórtico de considerações gerais, doutrina de temática poética; caráter ensaístico sobre a arte poética; texto de cariz teorizante. E à parte II: história; narrativa breve; exemplificação; complementação exemplificadora.

Depois de mais de um século, o texto mais conhecido sob o título “A Aia”, ainda é lido e estudado fora de seu contexto original de publicação e tratado como pertencente ao gênero conto, como se Eça de Queirós o tivesse escrito exatamente do jeito que é mostrado na coletânea de Luís de Magalhães. Na edição crítica dos contos não foi destacado que a parte narrativa (o conto “A Aia”) deveria ser lida como parte integrante do conjunto “Tema para versos I e II”. Pelo contrário, a parte I foi desvinculada da parte II, tanto que a primeira parte foi colocada em anexo.

Matos, no verbete “A Aia” do *Dicionário de Eça de Queirós* (1993, p. 48) refere-se, de maneira ambígua, à publicação deste “conto”: “A sua *versão original, mais completa*, encontra-se no nº 91 da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, de 2 e 3/4/1893, com o título de “*Temas para versos, II*”. Esta *versão completa* foi publicada no volume denominado *Contos* da Biblioteca de Bolso, ed. D.Quixote, em 1989, organizado por Luiz Fagundes Duarte”. “[...] No preâmbulo da edição original, [...]”, Matos fala em “versão original mais completa” — dá uma informação equivocada, porque dá a entender que existe outra versão que não é completa. Provavelmente, refere-se ao texto originalmente publicado na *Gazeta*, parte II, em que aparecem os três parágrafos iniciais, que ele chama de “*preâmbulo*” e um final. Nem faz menção à parte “Tema para Versos I” — é como se este trecho não existisse, fosse uma parte isolada, apesar de ter o mesmo título, ter a indicação da parte “I”, que, conseqüentemente, leva para a parte “II”.

Para um pesquisador da literatura queirosiana, a maneira como são dadas as informações acerca deste texto não ficam tão claras. Matos informa que a versão completa foi publicada por Luiz Fagundes Duarte, pois, de acordo com o *Dicionário* (1993), a versão completa seria apenas a parte “Tema para versos, II”. Neste livro, Duarte publica as partes I e II.

Depois de tomarmos conhecimento das considerações de Elza Miné, Helena Cidade Moura, Piwnik, A. Campos Matos e ainda parte das palavras de Eça, fica evidente que a parte “Tema para Versos II”, em que está inserido “A Aia”, não deveria ser lida desvinculada da parte “Tema para versos I”, pois foi dessa maneira que Eça a publicou na *Gazeta de Notícias*, formando um todo articulado. Se originalmente o texto foi publicado assim, parece agora incontestável que a parte II deve ser lida como uma “exemplificação da parte teórica”, lembrando as palavras de Elza Miné (2004).

No parágrafo final e voltando ao inicial da parte I, temos a ligação das partes — o que/quais assuntos deveriam ser tema para versos — Eça considera que certos temas ficam melhor no poema do que na narrativa, ou dizendo de outro modo, em poemas devemos abordar certos temas ou então, certos temas são mais adequados para serem escritos em versos. Temos aqui uma questão teórica, programática: o quê abordar em poemas? Eça sugere aos poetas que falem de História, religião, costumes, vida ambiente e dentre os assuntos possíveis a história que acabou de contar na parte II sobre a vida, muito bela, de uma aia. Se não for feita uma obra de arte, que se faça “uma obra de justiça, popularizando a história dessa serva índia tão ignorada e tão sublime” (305).

Portanto, a história vai tratar de algo que seja universal ao referir-se ao ser humano, seja este do Ocidente ou do Oriente. O leitor já vai lê-la tendo isso em mente, vai procurar achar uma

palavra chave para o conto todo, vai tentar ler a história pensando em como um poeta poderia torná-la instigante, estimuladora de pensamentos, como poderia vir ao encontro de muitos e não só de algumas pessoas.

Até aqui nenhuma novidade. Esta se instaura, “a luz vermelha acende”, o sinal de alerta aparece, quando o leitor, desavisadamente, lê a narrativa breve da parte II, conhecida há mais de um século como “A aia”, sem se cercar dessas preliminares de leitura e tira conclusões não pertinentes ao texto. O leitor pode se justificar — mas ninguém me avisou que deveria ler assim, com estas indicações para eu ter um horizonte de expectativas e ir montando minhas estratégias de interpretação. Do jeito que vem sendo editada, sem os três parágrafos iniciais e o último final e sem a parte I, essa narrativa breve pode gerar uma interpretação diferente.

Portanto, a breve narrativa/história poderá ser interpretada, tendo sempre em mente a parte I, isto é, ser lida à luz das considerações sobre os temas para versos sugeridos pelo amigo de Eça de Queirós com o qual este concorda.

Podemos tratar a narrativa breve da parte II como vem sendo tratada até hoje, como pertencente ao gênero narrativo, ficcional, como um conto. Penso que a parte I e II (uma parte teórica e outra exemplificadora) devam estar publicadas unidas. O que pode ser este texto I? Um texto de imprensa doutrinário-programático, pois, inicialmente, a parte I trata de reflexões teóricas a respeito do texto literário e a parte II vem exemplificar, através de um conto, as idéias colocadas na parte anterior. A parte II, como vem sendo tratada até hoje, tem existência independente. No entanto, a partir da divulgação da edição crítica publicada, em 2002, pelas professoras Elza Miné e Neuma Cavalcante, que disponibilizaram os textos de Eça na *Gazeta de Notícias*, acredito que o procedimento para estudar o texto “Tema para versos I, II” deverá sempre ter em vista as duas partes.

De quê trata a história da parte II? Por que Eça colocou a história de uma aia ambientada na Índia, para exemplificar sua ideia de que os poetas deveriam deixar de escrever sobre seus amores subjetivos e seus namoros? A história que será apresentada de modo simples, como “envolta em pouca literatura”, “sem paisagens, arquitecturas ou trajés que a materializem; [...] Sem época, sem nomes, sem localizações que se possam verificar num mapa, abstracta e como acontecida no país das almas [...] com magnífica indiferença pelas épocas, pelas nações, e pelos costumes [...]” (MINÉ e CAVALCANTE, 2002, p.300) Trata-se de “uma história de beleza moral”, “história que não é de amor” (2002, p. 299); “história de uma alma, que se dirige só à alma”. Ou como diz Eça no último parágrafo: “o rude esboço de uma maravilhosa lenda de alma” (2002, p. 305).

A narrativa breve da parte II conta a história de uma aia, que vivia em um castelo servindo a uma rainha, cujo marido fora guerrear em terras distantes e morrera, deixando um filhinho de colo, que a aia amamentava. Este tinha a mesma idade de seu filho. As duas crianças dormiam no mesmo quarto, lado a lado, tendo apenas os berços, um mais rico e outro mais pobre, para identificá-los. No entanto, a segurança do castelo estava vulnerável, porque o irmão bastardo do rei queria o trono. Uma noite, a aia percebeu movimentos de estranhos no castelo, pois este estava sendo invadido. Sem hesitar, trocou o príncipe de lugar, colocando-o no berço de seu filho. O tio traidor pegou a criança do berço mais rico e matou-a. A rainha, ao se aperceber da situação, ficou desesperada. A aia contou o que fizera e a rainha ficou-lhe muito agradecida. Levou a aia à sala do tesouro do castelo e deixou-a escolher qualquer coisa. Esta pegou um punhal cravejado de pedras preciosas e gritou para todos ouvirem: “Salvei o meu príncipe e agora vou dar de mamar a meu filho” e cravou o punhal no coração.

A palavra-chave dessa narrativa breve é lealdade. O comportamento da aia só foi possível de ter acontecido, porque a história se passa na Índia, lugar em que as castas mantêm os servos conformados em suas posições sociais: “Pertencia, porém, a uma raça que acreditava que a vida da Terra continua no céu. O seu amo, decerto, já estaria agora reinando num outro reino [...] seria no Céu como fora na Terra, e feliz na sua servidão” (2002, p. 301-2). Sendo assim, a questão que poderia ser universalizada por “algum poeta, amigo dos temas fecundos e estimuladores do pensamento” seria a questão dos empregados e empregadores.

Nos fins do século XIX, a atitude da serva seria impensável, irrealizável. No entanto, a história demonstra que a lealdade pode ser encontrada nas classes mais baixas. A preocupação da burguesia com a classe operária e o destaque dado a um serviçal em *O primo Basílio*, com a criada Juliana, já demonstra a preocupação que a questão patrão/empregado, já em 1878, iria ter para a classe média, pois demonstra a mudança social que começava a aparecer em Portugal e já há alguns anos na França, Inglaterra e outros países europeus. Chegamos à lembrança as palavras de Machado de Assis na carta publicada no periódico católico *O Cruzeiro* (16 e 30/ 04/1878) à época da publicação de *O primo Basílio* no Brasil, em que dizia que deveríamos ter cuidado com os serviçais. “A boa escolha dos fâmulos é uma condição de paz no adultério”.

“Tema para versos I” (1893) foi transformado em uma carta de Fradique Mendes, “Carta a Manuel”, de *Cartas Inéditas de Fradique Mendes* (1929) com o acréscimo de uma parte no início².

² Mais detalhes sobre esta transformação no artigo da Prof^a Elza Miné (USP) “Revisitações transformadoras” (SCRIPTA, 2004, p.41-55)

Para atestar a repercussão dos textos de imprensa queirosianos em Portugal e no Brasil, tomamos dois exemplos que se reportam diretamente ao presente texto “Tema para versos I e II” (02 e 03 abril/1893). No jornal *O Paiz*³ (Rio de Janeiro) foi publicado um comentário de Pinheiro Chagas⁴ acerca desse texto em 24/07/1893, página 1, coluna 1-2, “Reflexões sobre o Lyrismo (a propósito de um livro de Luiz Osório)”. Pinheiro Chagas aparece polemizando na vida de Eça desde os tempos da Questão Coimbrã (1865-66): “Ao longo do século XIX não há exemplo de uma obsessão intelectual como esta. Diversos no temperamento e na trajetória, Manuel Pinheiro Chagas e José Maria Eça de Queirós nunca se cansaram de discutir. Estivessem ambos em Portugal, ou um Lisboa e o outro em Bristol, a conversa prosseguia, como se nem um nem outro resistissem ao debate.” (MÓNICA, 2001, p. 711).

Pinheiro Chagas começa sintetizando a parte I de “Tema para versos”:

Há tempos, num artigo escrito naquele estilo original e brilhante tão característico do nosso maravilhoso contemporâneo, Eça de Queiroz dava uma carga a fundo na poesia subjetivista, sustentava que os poetas deviam voltar para o objetivismo as suas atenções, e que nada havia mais ridículo do que pretender um sujeito encantar o público com a narrativa de seus amores ou antes de seus namoros. (atualizamos a grafia)

Dirige-se respeitosamente a Eça de Queirós: “E, apesar do respeito que a todos inspira o grande e glorioso vulto de Eça de Queiroz [...]”; fala do envio e de publicações da mesma matéria para jornais brasileiros e portugueses: “[...] não deixou de aparecer em alguns jornais portugueses, quando em Portugal apareceu o artigo que primeiro saíra a lume no Brasil, [...]”; mas não poupa críticas ao assunto veiculado nessa crônica: “[...] o seu protesto irônico e trocista contra a profissão de fé do grande escritor contra a escolha do assunto que ele oferecia aos poetas seus contemporâneos e seus patrícios”. E destaca o que pretende colocar nessa crônica: “Só me vou referir contudo a um ponto no seu artigo: é ao modo como nele se compreende o subjetivismo”.

³ *O Paiz* (1884-1930) fundado pelo imigrante português, João José dos Reis Junior, teve como um dos redatores-chefe, Quintino Bocaiuva. Este jornal foi importante veículo da causa abolicionista. Colaboraram nesse periódico, dentre outros, Rui Barbosa, Fernando Lobo, Anésia Pinheiro Machado, Joaquim Serra, Alcindo Guanabara, Urbano Duarte e Joaquim Nabuco. Possuía um slogan: “A folha de maior circulação e maior tiragem da America do Sul”. Sua sede era na rua do Ouvidor até começo do século XX, depois passou para a esquina da rua Sete de Setembro com av. Central, atual Av. Rio Branco. Em 1930, o prédio foi incendiado, talvez por ter o jornal sido contra o golpe de estado de 1930, que derrubou o presidente Washington Luiz e levou Getúlio Vargas ao poder. Seu proprietário e principal editorialista, Antonio Augusto Alves de Souza, foi obrigado a exilar-se e nunca mais assinou um artigo nos jornais brasileiros.

⁴ Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) foi poeta, romancista, dramaturgo, político (deputado, par do Reino, ministro da Marinha e do Ultramar). Escreveu o *Poema da Mocidade*, com posfácio de Antonio Feliciano de Castilho, que motivou várias polémicas, as quais redundaram na Questão Coimbrã (1865-66).

Outro artigo apareceria neste jornal no dia seguinte, 25 julho/1893, assinado por Osório Duque Estrada⁵, “Poesia Subjetiva” acerca do texto de Eça na *Gazeta de Notícias* (2 e 3/abril/1893). Comenta a publicação do texto de Pinheiro Chagas e resume a parte II do “Tema para versos”. Elenca seus argumentos acerca da poesia subjetiva, concordando em parte, com Pinheiro Chagas e finaliza colocando-se como discípulo de Eça e de Chagas: “Foram estas as observações que me suscitaram os artigos de Eça de Queiroz e a réplica que lhes deu Pinheiro Chagas. Que me seja perdoada a ousadia de discípulo avezado na intolerável mania de contradizer os mestres.” (*Gazeta de Notícias* - 25/07/1893, p. 1 coluna 2)

Após estas considerações e tendo em mente objetivo proposto, considero que a narrativa breve divulgada como “A Aia”, que ainda hoje é lida à maneira de um excerto, deveria ser inserida em seu contexto original, sua fonte primária, o jornal *Gazeta de Notícias*, ou seja, ser lida e interpretada respeitando a articulação dos textos “Tema para versos I” e dos parágrafos iniciais e finais de “Tema para versos II”.

Referências

- GAZETA de Notícias (periódico). Rio de Janeiro, 1880-1897.
- MACHADO DE ASSIS. Eça de Queirós: *O primo Basílio*. Disponível em <<http://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/criticas/CRITICA,%20Eca%20De%20Queiros%20-%20O%20Primo%20Basilio,%201878.htm>>. Acesso em 20 abril 2012.
- MATOS, A. Campos. *Dicionário de Eça de Queiroz*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1993.
- MINÉ, Elza; CAVALCANTE, Neuma (edição). *Textos de imprensa. IV (da Gazeta de Notícias)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002. (Edição crítica das obras de Eça de Queirós).
- _____. Revisitações transformadoras. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 41-55, 2º sem 2004.
- MÓNICA, Maria Filomena. Os fieis inimigos: Eça de Queirós e Pinheiro Chagas. *Análise Social*, v. XXXVI (160), 2001, p.711-733. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218729234Y9dYV6yz9Wz22SE7.pdf>> Acesso em: 10 dez.2013.
- MOURA, Helena Cidade (fixação do texto e notas). *Contos*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.
- OBRAS de Eça de Queiroz. Porto: Lello & Irmão, [1976-1979]. 4 v.
- PIWNIK, Marie Hélène (edição). *Contos I*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009. (Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós- ficção, não-póstumos)
- UEIROZ, Eça de. *Contos*. Porto: Lello & Irmão, 1976. v. 1, p. 701-863. (Obras de Eça de Queiroz)
- QUEIROZ, Eça de. *Contos*. (organização de Luiz Fagundes Duarte e colaboração de Joaquim Mendes). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

⁵ Osório Duque Estrada (1870-1927) foi poeta, professor, crítico literário, ensaísta, teatrólogo, membro da Academia Brasileira de Letras, nº 17, autor da letra do Hino Nacional Brasileiro.